

Operacionalização do PDN 2023-2027

Plano Anual de Desenvolvimento Nacional
PADN 2024

Orçamento - Programa



Enquadramento legal do Sistema Nacional de Planeamento (SNP)



O Estado coordena, regula e fomenta o desenvolvimento nacional, com base num sistema de planeamento, nos termos da Constituição e da lei ... o planeamento tem por objectivo promover o desenvolvimento sustentado e harmonioso do País, assegurando a justa repartição do rendimento nacional, a preservação do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.



A Lei n.º 1/11, de 14 de janeiro – Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento (LBRGSNP) –, estabelece as bases gerais do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) e do planeamento nacional, compreendendo o âmbito de aplicação, a definição, os objectivos, os princípios, os instrumentos, os órgãos integrantes, as normas e os procedimentos necessários à configuração e à eficácia desse mecanismo de gestão.



Com base no DP n.º 316/20 é aprovado o Regulamento do SNP onde se estabelece procedimentos inerentes à estruturação, elaboração, execução, monitorização, avaliação e revisão dos Instrumentos do Sistema Nacional de Planeamento...

Instrumentos do SNP



Princípios orientadores do PDN 2023-27



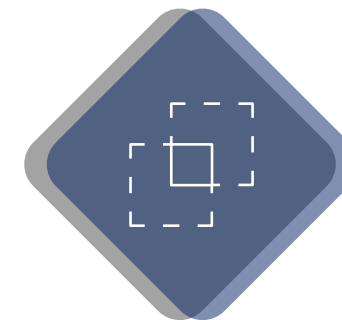
Alinhamento com o Programa do Governo 2022-2027, com a Estratégia de Longo Prazo “Angola 2050”, e com os demais compromissos internacionais

Alinhamento das políticas, programas e prioridades do próximo quinquénio com os principais instrumentos de planeamento e prioridades do Executivo. O PDN 2023-27, inclui por exemplo, todas as prioridades de médio-prazo identificadas na ELP “Angola 2050



Orientação ao impacto tendo por base os três pilares fundamentais de desenvolvimento e nove temáticas sociais transversais

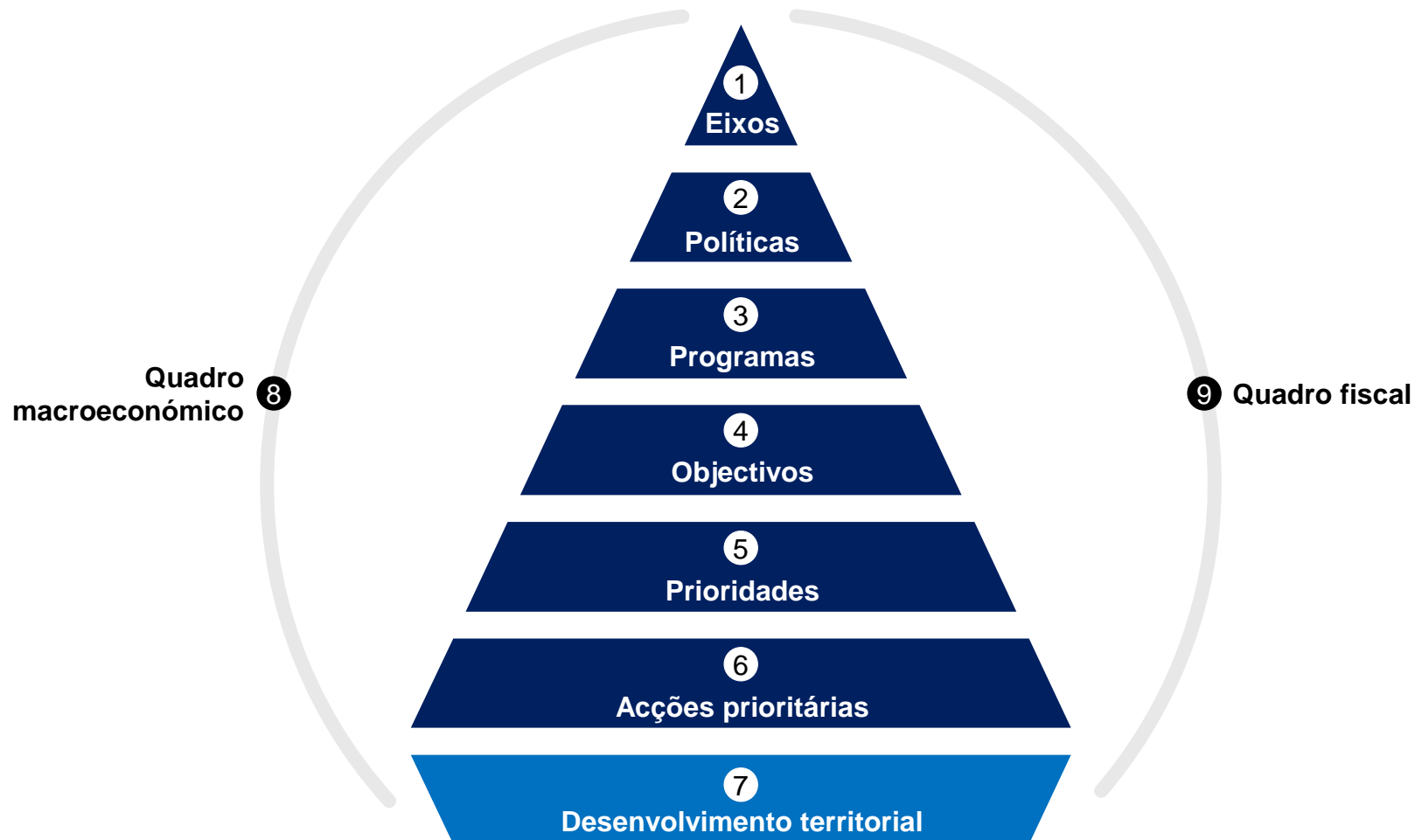
Articulação **dos três pilares fundamentais** de desenvolvimento – desenvolvimento do Capital Humano, modernização e expansão das infra-estruturas e diversificação da economia - e **das nove temáticas sociais transversais** com todas as políticas e prioridades



Interdependência programática

integração e harmonização entre as visões dos diferentes agentes do Executivos (Ministérios e Governos Provinciais) com os quadros macroeconómico e fiscal de médio prazo

Elementos-Chave do PDN 2023-27



- 1 Eixos:** Explicitam os pilares estratégicos de actuação do Governo para o quinquénio
- 2 Políticas:** Directrizes estratégicas que definem o curso de acção para os diferentes sectores e domínios
- 3 Programas:** Conjuntos de prioridades focadas em responder a áreas de acção claramente definidas, e que contam com rúbricas e dotações específicas no OGE
- 4 Objectivos:** Elementos estratégicos cuja concretização é condição crucial para o alcance da visão de longo-prazo
- 5 Prioridades:** Conjunto de acções prioritárias, que interligadas entre si, constituem um programa, e garantem o alcance de resultados em áreas de actuação específicas
- 6 Acções prioritárias:** Actividades objectivas, limitadas no tempo, directamente relacionadas com indicadores de resultado
- 7 Desenvolvimento territorial:** Elemento-chave que descreve em detalhe o plano de médio prazo para cada uma das províncias do País
- 8 Resultados macroeconómicos:** Reflecte as previsões macroeconómicas com a execução do PDN
- 9 Quadro fiscal:** Reflecte as projecções de receitas e despesas resultantes da execução do PDN, fornecendo uma visão clara dos recursos financeiros disponíveis e das obrigações financeiras ao longo do próximo quinquénio

Elementos-Chave do PDN 2023-27

Eixos



1

Consolidar a paz
e o estado
democrático de
direito



2

Promover o
desenvolvimento
equilibrado e
harmonioso do
território



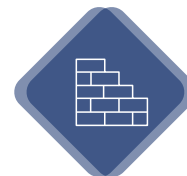
3

Promover o
desenvolvimento
do capital
humano



4

Reduzir as
desigualdades
sociais



5

Modernizar e
tornar mais
eficientes as
infra-estruturas
do País e
preservar o
ambiente



6

Assegurar a
diversificação
económica
sustentável



7

Assegurar a
defesa da
soberania

Políticas

Modernização do
Estado

Ordenamento do
Território

Educação, Emprego e
Inovação
Saúde
Cultura
Desporto

População e Apoio a
Comunidades
Vulneráveis


Energética
Telecomunicações e
Aceleração Digital
Transportes e Logística
Águas e Saneamento
Sustentabilidade
Ambiental

Extracção Mineral
Agricultura, Florestas e
Pescas
Industrial
Comercial
Turismo
Estabilidade e
Crescimento Económico

Defesa segurança
Política externa

Estrutura do conteúdo de cada Política no PDN 2023-27

- 1
Sumário da visão geral da política no longo-prazo (alinhado com a Estratégia de Longo Prazo)
- 2
Visão geral da política
- 3
Metas da política (alinhadas com as metas de longo prazo)
- 4
Alinhamento com os pilares fundamentais de desenvolvimento e com as temáticas sociais transversais
- 5
Programas
- 6
Objectivos, prioridades, acções prioritárias e indicadores



Turismo

Uma nação aberta ao turismo que valoriza os seus activos naturais e culturais, permitindo o seu usufruto por parte de visitantes nacionais e internacionais

A nossa visão para o domínio do Turismo

Pretendemos que Angola se torne numa nação aberta ao turismo e capaz de atrair um número muito superior de viajantes, tanto internacionais como nacionais. Numa primeira fase, a atenção será dirigida para o turismo doméstico como motor fundamental do crescimento, construindo em paralelo as infra-estruturas necessárias à atracção de turistas internacionais. A afectação criteriosa de recursos implica a priorização de dois segmentos com maior potencial de crescimento: o turismo de natureza (ecoturismo, turismo de aventura e agroturismo), turismo de sol e mar e turismo cultural. Posicionamos também o País nas categorias de estadias de longa duração e de gastos médios a elevados.

O turismo é um motor económico de sustentabilidade e um gerador privilegiado de emprego para que é essencial que se explore a diversidade e o sector identifique os pontos de maior dinamismo que permitem o capital humano de Angola, em específico o turismo de natureza (ecoturismo, turismo de aventura e agroturismo), turismo de sol e mar e turismo cultural, segmentos estes que nos diferenciaram das outras nacionalidades nos últimos anos e que permitem acompanhar com as tendências globais do turismo internacional. Até 2027 pretendemos posicionar Angola como um dos principais destinos turísticos no mundo de médio e baixo custo, e proporcionar um ambiente de infra-estruturas facilitador para o desenvolvimento deste sector. Por conseguinte, desenvolver-se-ão investimentos estruturais de carácter social e infra-estrutural, nos quatro eixos de interesse a par do desenvolvimento do PIB (Educação, Saúde, Energia e Transportes). Adicionalmente, serão criadas as condições necessárias para apoiar e reconhecer o investimento internacional de longo prazo.



Reserva do Desempenho (Quilombo Cuiabá)

Metas da política

	2022*	2023	2024	2025	2026	2027	2030
Contribuição do sector do Turismo para o PIB (em milhões de dólares)	1,3	1,4	1,6	1,9	5,5		
Contribuição do sector do Turismo para o PIB (em percentagem do PIB)	1,1%	1,1%	1,2%	1,3%	1,6%		
Número de turistas internacionais (milhões)	0,26	0,29	0,32	0,38	2,0		
Número de dormidas de turistas domésticos (milhões)	2,7	3,1	3,5	3,9	12,8		

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27

As nossas soluções

Para alcançar a visão apresentada para o domínio do Turismo, iremos desenvolver um programa – “Promoção e desenvolvimento do Turismo” – a implementar nas áreas prioritárias e que visam atingir quatro objectivos:

- Assegurar investimento directo estrangeiro em grande escala
- Facilitar o acesso de turistas a Angola e a sua mobilidade
- Desenvolver infra-estruturas e serviços públicos assim como assegurar a formação e capacitação de quadros para a prestação de serviços
- Aperfeiçoar o quadro legal e regulamentar da actividade turística

Temáticas transversais de governação

Número de prioridades que abordam directamente as nossas prioridades fundamentais

Desenvolvimento económico	Segurança	Equidade	Sustentabilidade	Emprego	Comunidade
4	4	10	2	0	0

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27

Programa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo

Programa X.X.X



Marginal de Luanda (Luanda)

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27

Objectivo X.X.X.X : Aperfeiçoar o quadro legal e regulamentar da actividade turística

O crescimento do Turismo a nível nacional irá requerer o aumento substancial no número de estabelecimentos e actividades turísticas. Complementarmente, o sucesso do sector dependerá da garantia de padrões de qualidade na oferta de serviços e infra-estrutura do sector. Nesse sentido, serão feitos esforços para o aprimoramento do quadro legal e regulamentar, que garantam a simplificação e aceleração do processo de licenciamento e certificação dos estabelecimentos e actividades turísticas, promovendo a sua profissionalização e melhoria do seu nível de serviço.

Prioridade X.X.X.X: Melhoria da regulamentação dos agentes da actividade turística

Os esforços e desenvolver para aplicar a regulamentação da actividade turística em Angola. Passados os registos e licenciamento das actividades turísticas para, além da melhoria e regularização e na reestruturação do quadro legal e regulamentar, os estabelecimentos do sector, este último juntamente com a melhoria e qualidade do sector do Turismo em Angola, a nível internacional de alto qualidade (5 estrelas ou 5 estrelas).

Acções prioritárias

- Simplificar os procedimentos de licenciamento de estabelecimentos turísticos
- Criar processos de registo e licenciamento de guias turísticos
- Regular e licenciar a actividade de guias turísticos nacionais
- Requalificar rede de empreendimentos turísticos, restaurantes e similares a nível nacional e nas APT

Indicadores de resultado

	2022*	2023	2024	2025	2026	2027
Empreendimentos turísticos requalificados (nível nacional)	0	1%	5%	10%	15%	20%
Empreendimentos turísticos requalificados (nas APT)	0	5%	10%	15%	20%	25%

Condições de registo e licenciamento de guias turísticos

	2022*	2023	2024	2025	2026	2027
Condições de registo e licenciamento de guias turísticos	0	1	2	3	4	5

Fonte: Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27

Estrutura de cada província no capítulo do desenvolvimento territorial no PDN 2023-27

1
Grandes números e metas da província



Quando Cubango

O crescimento económico da Província do Bié tem por base a modernização da agricultura familiar e o papel da cidade do Cuíto como um centro de comercialização dos Produtos agro-pecuários e pólo de actividades agro-industriais

Visão para Cuando Cubango 2027: Grandes Números					
Eixo	Métrica	Evolução	De (2022)	Para (2027)	
Demografia	População	Crescimento de	1,2x	677.430	781.496
	PIB	Crescimento de	1,5x	1.134 MUSD	1.693 MUSD
Economia	PIB per capita	Crescimento de	1,3x	1.674 USD	2.167 USD
	Emprego	Crescimento de	1,2x	245.354	302.859
Saúde	Médicos, #	Aumento de	2,4x	84	199
	Enfermeiros, #	Aumento de	1,2x	1.039	1.671
Educação	Professores, #	Aumento de	1,5x	5.044	7.317

2
Visão geral da província para o quinquénio

A nossa visão

O Cuando Cubango beneficiará da integração nos eixos de desenvolvimento nacionais Huambo-Menongue-Fronteira Namíbia e Namibe-Lubango-Menongue-Fronteira Zâmbia para construir um novo rumo de desenvolvimento que reverta o isolamento e favoreça as suas potencialidades naturais, apostada no equilíbrio económico, social e ambiental. Materializar a nossa visão irá requerer o desenvolvimento de infra-estruturas quer urbanas quer rurais que potenciarão o desenvolvimento das actividades económicas e o bem-estar da população residente. A província do Cuando Cubango encontra-se já preparada para contribuir para o crescimento nacional, alavancando as suas potencialidades para alcançar uma estrutura produtiva equilibrada entre o turismo, actividades agro-pecuárias, florestais e extractivas, com o aproveitamento turístico dos seus recursos naturais, culturais e paisagísticos, na valorização da integração na maior área de turismo de natureza a nível mundial e nos recursos agrícolas e mineiros.

O Cuando Cubango é uma província com condições climáticas favoráveis à produção agrícola e, por esse motivo, o sector agrícola desempenhará um papel central para a criação de riqueza para a província. Para potenciar estas condições favoráveis temos que investir no fortalecimento da agricultura familiar através do apoio técnico e fornecimento de insumos e infra-estruturas de suporte agrícola, o que irá incluir a modernização e conservação da infra-estruturas de apoio à agricultura familiar e a actualização do projecto de loteamento de áreas produtivas da província.

O turismo na província do Cuando Cubango tornase é um dos principais pilares turísticos do País e uma fonte importante para a criação de riqueza económica e de emprego. O turismo de aventura e de natureza são uma grande aposta no Cuando Cubango, impulsionado pela riqueza dos seus recursos florestais e faunísticos. Para realizar esta visão temos que construir 4 passos fronteiriços na região de Angulo na fronteira do Cuando Cubango, iremos apoiar a escola de hotelaria no Cuando Cubango, assim como apoiar o seu comércio, modernizando e investindo em infra-estruturas básicas de suporte ao sector, como é o caso da electrificação da rede municipal do Cuando Cubango e da construção de linhas de transmissão e respectivas subestações.

Prioritariamente o acesso à saúde e educação, como no caso da agricultura educação de construir novas instalações de universidade do Cuíto Cuenevale, de forma a garantir que atingimos o nosso compromisso de proporcionar o crescimento económico e o aumento do bem-estar social para todos.

3
Prioridades e metas provinciais

Principais objectivos estratégicos e metas da província para o quinquénio 2023-27

- Eixo 1: Consolidar a paz e o estado democrático de direito, prosseguir a reforma do estado, da justiça, da administração pública, da comunicação social e da liberdade de expressão e da sociedade civil.**
 - Melhorar os serviços de justiça e garantir acesso aos direitos de registo
 - construir 4 tribunais de comarca
 - construir 8 tipos de registo
 - construir 1 centro de observação
- Eixo 2: Promover o desenvolvimento do capital humano, ampliando o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento e habilidades técnicas e científicas, promover a cultura e o desporto e estimular o empreendedorismo e a inovação.**
 - Expandir o acesso a todos níveis de ensino básico
 - atender o número de alunos em idade escolar matriculados em todos os subsectores de 158.258 em 2022 para 280.000 mil em 2027
 - atender o número de alunos em idade escolar matriculados em todos os subsectores de 2.308 mil em 2022 para 3.000 mil em 2027
 - garantir que 60 % da população terá acesso aos serviços de saúde e 75% das unidades sanitárias municipais tenham um pacote integrado de cuidados e serviços de saúde, incluindo medicamentos essenciais
 - Promover a profissionalização e aumentar o acesso a ensino técnico e universitário
 - fornecer novas instalações à universidade do Cuíto Cuenevale
 - Reforçar a cultura e a identidade nacional, e aumentar o acesso a cultura através da oferta e da melhoria da rede museológica nacional, da preservação do património cultural e da rede de bibliotecas
 - realizar trabalho preparatório para o registo com a UNESCO do Cuíto Cuenevale
 - reabilitar e activar a Biblioteca do Cuíto Cuenevale
 - construir e criar rede municipal de bibliotecas
- Eixo 3: Modernizar e tornar mais eficientes as infraestruturas do País e preservar o ambiente**
 - Reforçar a acessibilidade e a mobilidade da província
 - construir e reabilitar mais de 200 km de estradas asfaltadas
 - construir 15 terminais integrados de passageiros
 - garantir que 75.000 de utentes beneficiam dos terminais integrados de passageiros
 - Aumentar o acesso energia eléctrica a nível provincial

Temáticas transversais de governação

PRELIMINAR

de prioridades que contribuem directamente para a melhoria das 9 temáticas, total de 315 prioridades



Desenvolvimento
do capital humano

180



Aumento da
receita fiscal

167



Segurança
alimentar

58



Juventude

96



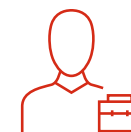
Igualdade de
género

34



Sustentabilidade
ambiental

48



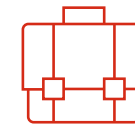
Emprego

125



Comunidades
vulneráveis

54



Ambiente de
negócios

38

As temáticas de governação serão utilizadas para melhor avaliar o impacto de cada programa e prioridade no bem-estar social e na selecção e priorização de projectos (PIP) e actividades (DAD) e demais recursos



Etapas do PADN

Planos Anuais
(operacionalizam os planos de médio prazo)

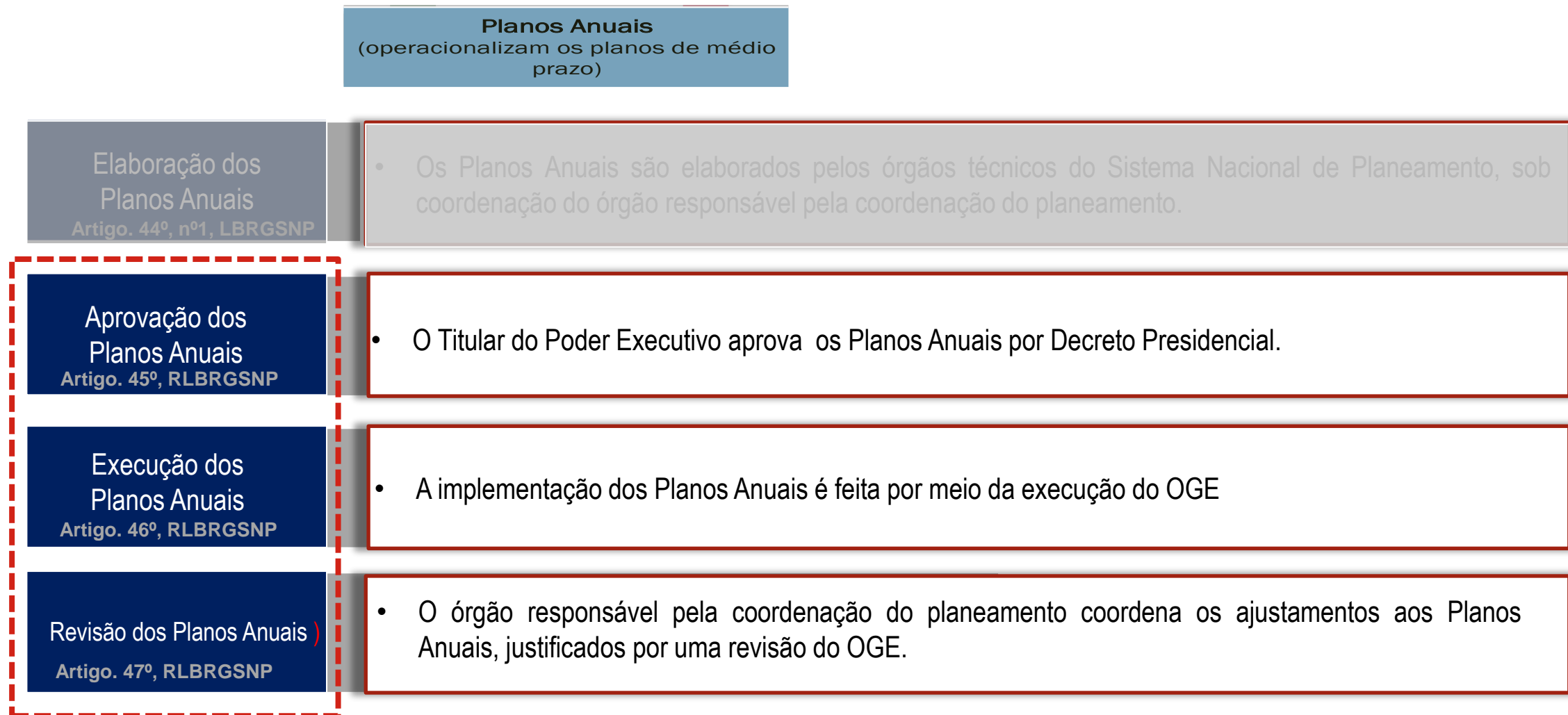
Elaboração dos Planos Anuais
Artigo. 44º, nº1, RLBRGSNP

- Os Planos Anuais são elaborados pelos órgãos técnicos do Sistema Nacional de Planejamento, sob coordenação do órgão responsável pela coordenação do planejamento.

Aprovação dos Planos Anuais
Artigo. 45º, LBRGSNP

- Elaboração de Planos Anuais preliminares, que são submetidos ao órgão responsável pela coordenação do Planejamento, para efeitos de validação, 2 (dois) meses antes do início do processo de elaboração do OGE;
- Ajustamento dos Planos preliminares aos limites de despesas do OGE, distribuídos aos órgãos orçamentais no início do processo de elaboração do OGE;
- Apresentação, discussão final e validação dos Planos Anuais ajustados ao OGE aprovado pela Assembleia Nacional, nos casos em que seja necessário.

Etapas do PADN



Estrutura do PADN

SUBSECÇÃO I Planos Anuais

ARTIGO 43.º (Estrutura dos Planos Anuais)

1. Os Planos Anuais implementam os Planos de Desenvolvimento de Médio Prazo, nomeadamente o Plano Nacional de Desenvolvimento, o Plano Nacional de Ordenamento Territorial, os Planos de Desenvolvimento Sectoriais e os Planos de Desenvolvimento Provinciais.

2. Os Planos Anuais devem contemplar, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Síntese do balanço dos resultados do ano anterior;
- b) Definição das prioridades para o ano de execução;
- c) Eixos, objectivos, políticas, programas e projectos prioritários do nível nacional, sectorial e provincial a serem executados no ano;
- d) Sistema de monitorização com definição de indicadores e metas dos projectos prioritários dos níveis nacional, sectorial e provincial, a serem executados no ano.

Intervenientes-Chaves

MEP

Responsável
pela
coordenação
do PDN

COORDENADOR

Responsável pela coordenação de
programa de acção

IMPLEMENTADOR

Responsável pela implementação do
programa de acção

Estrutura do PADN

- I. Introdução;
- II. Contexto Económico;
 - Internacional;
 - Nacional
- III. Acções Prioritárias do Plano Anual 2024;
- IV. Execução, Monitorização e Avaliação do Plano Anual 2024
- V. Anexo (Base Geral de Actividades e Projectos)

Intervenientes-Chaves

MEP

Responsável
pela
coordenação
do PDN

COORDENADOR

Responsável pela coordenação de
programa de acção

IMPLEMENTADOR

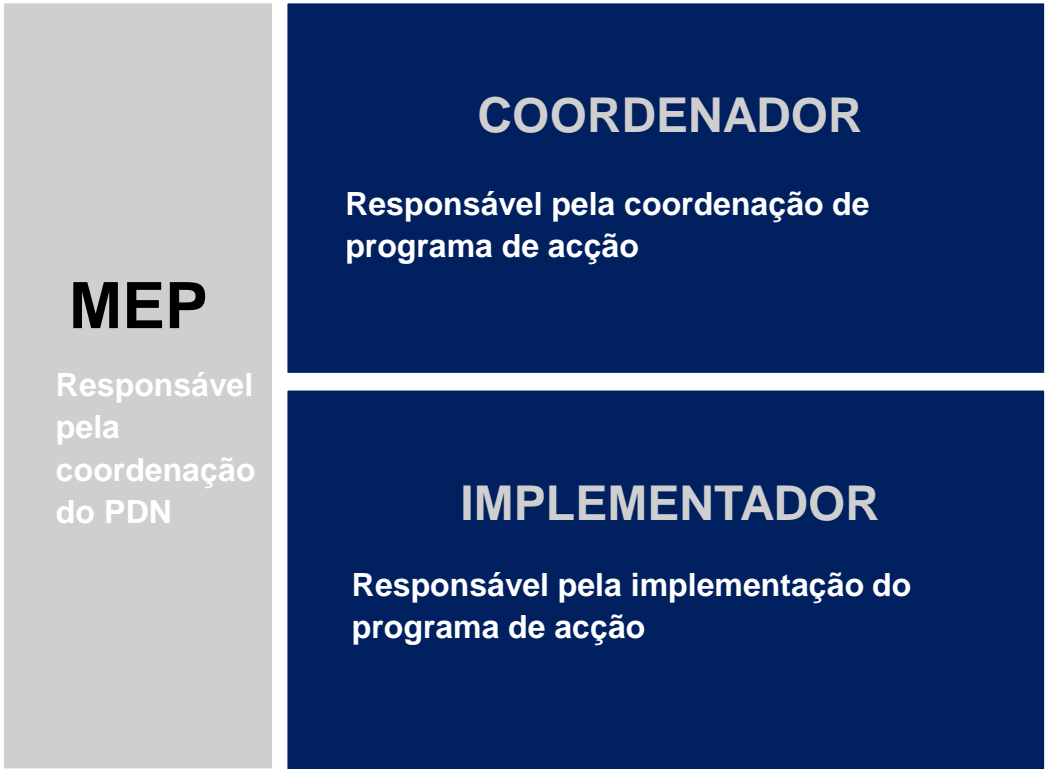
Responsável pela implementação do
programa de acção

PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL – PADN

Operacionalização do PADN

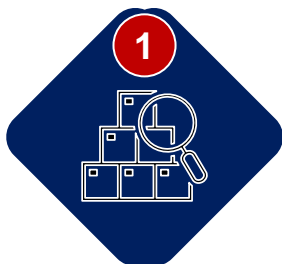
- O PDN é operacionalizado através de Planos Anuais de Desenvolvimento Nacional (PADN), articulados com o Orçamento Geral do Estado (OGE) numa lógica de Orçamento-Programa
- O Limite de Despesa do Orçamento – Programa são estabelecidas em sede de OGE (anualmente).
- Os Programas concorrem para a resolução de problemas da sociedade – numa base de melhoria das acções implementadas dentro do âmbito estatutário das suas Entidades Implementadoras – sendo estes comprometidos por metas e indicadores a alcançar, tendo como níveis funcionais-programáticos de nível mais baixos: **Actividades e Projectos**

Intervenientes-Chaves



PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL - PADN

Estrutura do PADN



Identificação

Das actividades e projectos para a realização dos objectivos de cada Programa de Acção

Cada **coordenador de programa e entidades implementadoras** devem **apresentar as actividades e projectos prioritários** para alcance das metas estabelecidas nos Programas de Acção



Previsão dos Custos

De implementação das actividades e projectos em função da meta anual

Devem ser apresentados **os custos previsionais das Actividades e Projectos**, por Natureza Económica da Despesa, para determinar a comportabilidade orçamental



Eleição das actividades e projectos

A implementar em cada ano

Os coordenadores e entidades implementadoras devem eleger na lista proposta dos Projectos e Actividades aqueles que concorrem para a concretização das metas correspondentes ao ano orçamental, em função do limite de recursos disponíveis.



Os órgãos do Sistema Orçamental devem submeter as respectivas listas de Projectos e Actividades ao MEP para validação e expedição ao MINFIN

PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL – PADN

Processo de orçamentação



PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL – PADN

Processo de orçamentação

O Orçamento-Programa Anual consistirá no **conjunto de Actividades e Projectos Prioritários** Inscritos no OGE, com **verbas fixadas por Natureza Económica** da Despesa e Classificadas na Função correspondente, no **limite dos recursos disponíveis**, por cada **Programa de Acção**, incluindo o de **Acções Correntes**, tendo em conta as **Metas anuais**.

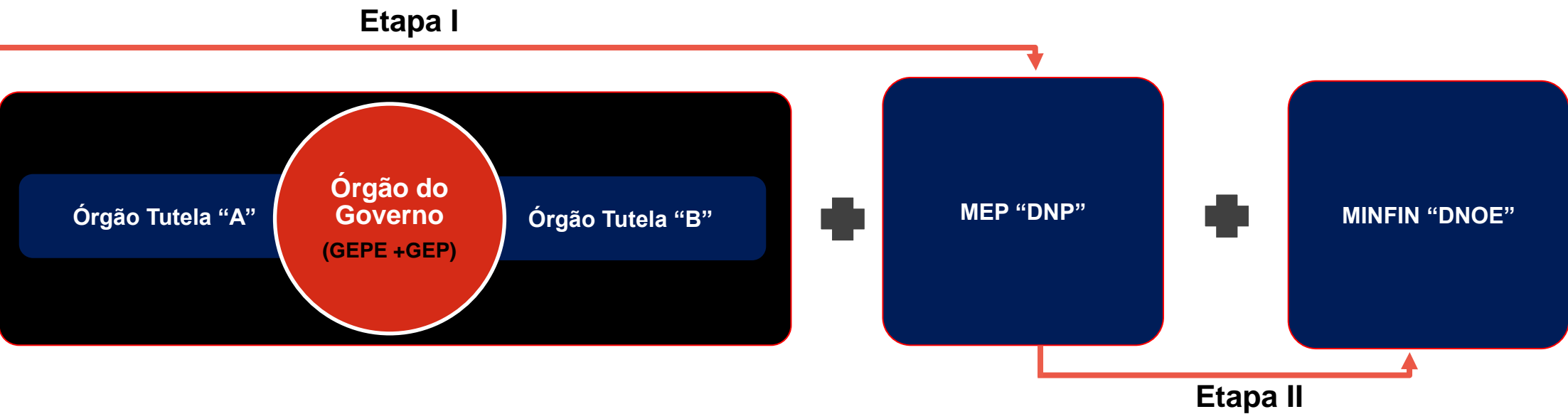
Metas anuais conforme dispostas nos Programas de Acção discutidos com os sectores e inscritos no PDN 2023-2027



Definição das Actividades e Projectos e respectivas **estimativas de despesas**, associadas à concretização das metas anuais

PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL – PADN

Processo de Articulação



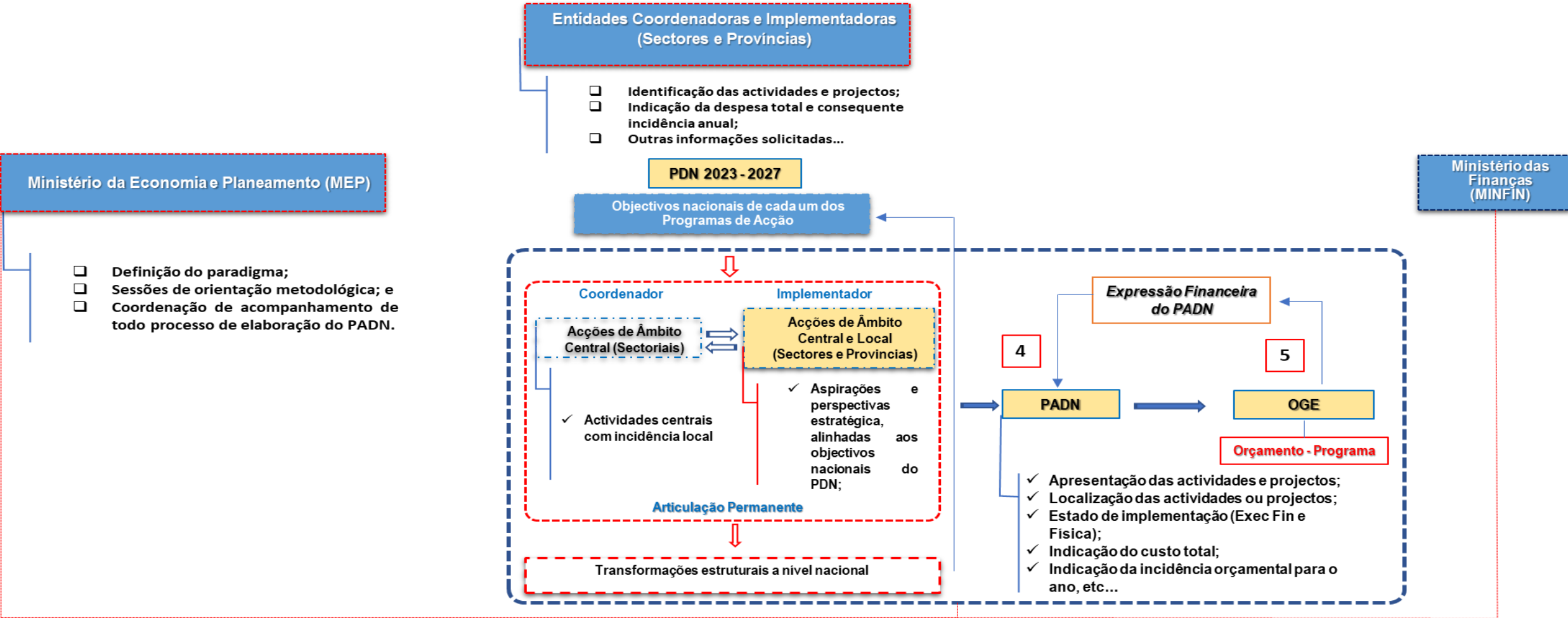
PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL – PADN

Processo de Articulação

1

2

3



PLANO ANUAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL – PADN

Paradigma PADN

Eixo	Política	Programa	Objectivo	Prioridade	Indicador	Actividade/Projecto	Ordenador	Província	Município	Custo Total (Kz)	Valor orçamentado no ano (OGE 2024)	Fonte de Financiamento

Paradigma PADN

Acordo	Taxa de Execução Física Actual (Junho 2023)	Taxa de Execução Financeira Actual (Junho 2023)	Prazo de Conclusão	Estado do Projecto/Actividade	Níveis de Prioridade	Órgão do Governo	Órgão Implementador	Órgão Dependente	Instrumento de Planeamento	Programa de Acção do PDS Prioridade do PDP	Objectivos	Meta

Sistema de M&A

Sistema de Monitoria e Avaliação visa identificar, atempadamente, desfasamentos em relação ao planeado e introduzir ajustamentos pontuais ou mudanças de trajectória necessários, de modo a garantir que o Plano produza os resultados desejados;

Orientação para os resultados	Melhoria Contínua dos Processos	Responsabilidade e Transparência	Modelo de Governança	Desdobramento em Cascata	Eficácia e Viabilidade
Acompanhar os benefícios que os programas geram junto dos angolanos, a eficácia e eficiência na obtenção dos mesmos	Identificar os erros, desfasamentos em relação ao planeado e corrigi-los	A todos os níveis; perante o poder político; e perante o cidadão	Responsabilidades claras em relação à produção de informação, com ênfase quando a implementação dos Programas envolvem vários sectores e províncias	As entidades coordenadoras devem garantir a produção de informação necessária à implementação do Sistema de Monitoria e Avaliação nos Programas de Acção	Centrar o Sistema na produção de informação de valor acrescentado (eficácia) para decisores a um custo adequado (viável).

Sistema de M&A

Sistema de Monitoria e Avaliação visa identificar, atempadamente, desfasamentos em relação ao planeado e introduzir ajustamentos pontuais ou mudanças de trajectória necessários, de modo a garantir que o Plano produza os resultados desejados;

Monitoria

- Acompanhamento da implementação dos Programas de Acção;
- **Permanente** (input/output/quantitativa)
- **Periódica** (Resultado/qualitativa)

Avaliação

- Impacte das políticas públicas subjacentes ao PDN;
- **Intercalar** – após dois anos de vigência do PDN;
- **Final** – No último ano de vigência, até seis (06) meses antes do final de mandato do TPE;
- **De impacte** –após a conclusão de todos os programas que integram o PDN;